



Só é possível derrotar o Arcabouço Fiscal com a luta de classes, com real independência de classe (oposição revolucionária) ao governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin

No Brasil, hoje, a classe operária e demais explorados têm diante de si uma situação que é oposta à dos parasitas da dívida pública e demais capitalistas.

As montadoras GM, Hyundai, Stellantis (Renault, Fiat) e Volkswagen suspenderam no todo ou em parte a produção de veículos, mandando os trabalhadores para casa, sem salários ou com os salários reduzidos (Lay off). A paralisação da produção ocorre logo após se esgotar o subsídio do governo federal para compra de automóveis. Com a queda das vendas, os pátios voltaram a lotar e não há perspectivas de melhora na produção. Ou seja, as montadoras estão na mesma situação de maio, quando se negociou o subsídio. Agora, depois de embolsarem dezenas de milhões de reais cada uma, fecham as fábricas e mandam os operários para casa, sem salários. A paralisação vai afetar ainda toda a cadeia produtiva, e o comércio das cidades onde estão as fábricas.

As empresas alegam que estão apenas utilizando os mecanismos negociados com os sindicatos anteriormente. As direções sindicais burocratizadas ajudam os patrões a ampliarem a superexploração do trabalho. Quando as vendas andam, os operários trabalham duro e só recebem míseros salários; quando as vendas caem, os operários são obrigados a engolir os prejuízos da queda da produção. Os capitalistas continuam ganhando, em um caso ou em outro. A alternativa aos operários é serem superexplorados ou ficarem sem salários, ou, pior, sem empregos.

O Brasil tem registrado índices econômicos que favorecem os investimentos capitalistas. A inflação está em queda, caminhando para os 3% anuais exigidos pelos bancos. O dólar caiu e, com ele, os combustíveis e a carne. As bolsas de valores apresentam alta dos rendimentos. O Brasil ganhou uma nota positiva da empresa de especulação Standart & Poor's estadunidense, o que é um sinal para que os especuladores invistam aqui.

A aprovação do Arcabouço Fiscal proposto pelo governo federal é um rebaixamento do limite dos gastos federais em relação ao Teto de Gastos imposto por Michel Temer, em 2017. Trata-se da essência da política econômica do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. E tem como objetivo garantir aos parasitas da dívida pública que seus ganhos, de mais de R\$ 700 bilhões por ano, sejam realizados. Para isso, limita-se o poder de investimento do Estado brasileiro na economia. Uma economia que não pode contar com seu principal e maior investidor, está fadada a estagnar, ou retroceder. E ainda, corta gastos com serviços sociais públicos (Saúde,

Educação, Moradia e Aposentadoria), e arrocha os salários do funcionalismo público, sendo possível ainda o total cancelamento de contratações.

Aprovou-se o Marco Temporal na Câmara dos Deputados. Em resumo, qualquer demarcação de terras indígenas somente será aceita se comprovada a moradia anterior a 1988. É a oficialização da grilagem das terras indígenas, favorecendo amplamente os madeireiros, garimpeiros, e o agronegócio.

O desemprego caiu sensivelmente. Mas aumentou muito a contratação precária (sem carteira) e terceirizada. Hoje, trabalha-se mais, para se ganhar menos. E esse menos tem cada vez menos poder de compra, no dia a dia da busca do sustento familiar.

Levando tudo o dito acima em conta, só se pode concluir que os capitalistas têm sido cada vez mais favorecidos pela conjuntura e pelo governo federal. Isso, à custa de aumentar enormemente a exploração do trabalho assalariado e do meio ambiente, em desfavor dos indígenas.

A política do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin corresponde aos interesses gerais do imperialismo e da grande burguesia nacional. E tudo em detrimento da maioria nacional oprimida. Essa imposição corresponde às necessidades da burguesia mundial, diante dos impasses causados pela conjuntura internacional.

A crise mundial capitalista, aberta em 2008 e retomada a partir de 2013, é expressão da decomposição do modo de produção assentado na exploração do trabalho assalariado. Esgotou-se o período de recomposição das forças produtivas, criado pela destruição causada pela 2ª Guerra Mundial. Recolocam-se as forças contraditórias e de disputa entre as potências imperialistas (aprofundamento da guerra comercial), e, agora, entre elas e os estados operários degenerados (China e Rússia). Não pode haver crescimento das forças produtivas em uma região se não for à custa da destruição delas em outra parte do mundo. A superprodução capitalista impõe o retrocesso das indústrias e agricultura nas potências. A exportação de capitais no quadro atual favorece a desindustrialização local. É por isso que a produção das potências capitalistas se encolhe, ano a ano. Enquanto isso, a China se ergue, ao ponto de produzir quase um terço do total mundial. E a Rússia avança, se tornando praticamente em autossuficiente, produtor das mais modernas tecnologias militares, credor mundial, e desintegrando sua dívida externa. Este choque, entre as forças capitalistas e as dos estados operários degenerados, permeia a maior parte dos conflitos mundiais, sejam comerciais, políticos, ou bélicos.

Não se restringem à guerra na Ucrânia entre OTAN e Rússia. A ameaça de guerra no Pacífico Sul está colocada e em desenvolvimento, seja por Taiwan, entre as Coreias ou da parte do Japão. A guerra civil no Sudão, ou o conflito na Sérvia, têm por trás essas mesmas forças. Também nos golpes no Peru e no Equador, com resoluções opostas. E em eleições, como no Paraguai ou na Guatemala. Também em acordos comerciais, como no caso da Rota da Seda, entre os países árabes, ou na África e no continente americano.

Os diplomatas estadunidenses deixaram claro em entrevistas que o governo Biden trabalhou direta e indiretamente pela eleição da chapa Lula/Alckmin. O governo eleito não tem nada de reformista. É um governo formado a partir do apoio ianque, assentado numa ampla aliança de partidos e frações burguesas, das mais direitistas, com apoio e subordinação de partidos de esquerda, como o PSOL, e das organizações de massas, como as centrais sindicais, UNE, MST, etc. Embora tenha construído essa grande frente política, está com os pés sobre um chão que treme e se fratura, que é a economia nacional, ligada cada vez mais à economia mundial. Daí as contradições e choques internos por que passa. Sem a pressão das massas, desorganizadas e desorientadas pela política das direções, subordinadas a um governo burguês, as frações oligárquicas disputam as fatias do orçamento público que o

capital financeiro lhes joga, como restos da refeição. E a China e Rússia avançam seus acordos comerciais e investimentos, no país e no continente, basta olhar para o recente acordo com a Rússia, para a exploração do lítio na Bolívia.

As massas têm apenas um caminho, nas atuais condições, para avançar em sua defesa própria: levantar suas reivindicações mais sentidas, gerais e específicas, juntá-las numa plataforma única, unificar suas lutas, usando os métodos próprios da luta de classes, organizando-se com a real independência de classe (oposição revolucionária aos governos), tomando assim seus problemas em suas próprias mãos, para defender suas condições de vida e trabalho, e seus direitos sociais. Essa defesa das massas se choca frontalmente com o governo Lula/Alckmin, governadores e prefeitos, mas também com as direções que lhe são subordinadas e bloqueiam as lutas. Não é possível fazer essa defesa, combater para pôr abaixo o Arcabouço Fiscal, o Marco Temporal, e conquistar as reivindicações mais sentidas sem se enfrentar com o governo Lula/Alckmin. Enganam-se e às massas os que supõem que o Arcabouço seja somente “uma política” do governo. É sua essência e razão de existir. As reivindicações das massas se chocam com os fundamentos do Arcabouço. Derrubemo-lo com a luta de classes! E defendamos as lutas do proletariado mundial: Pela vitória da juventude na França e derrota militar da OTAN! ●

‘PLENÁRIA NACIONAL SINDICAL E POPULAR’ SP /

Aprovar um plano de reivindicações que se chocam com o governo é a via para impulsionar a luta nacional e unitária contra o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal

Aconteceu o segundo encontro da “Plenária Nacional Sindical e Popular”, em 27 de junho, na sede do Sinsprev-SP. Realizada em formato “híbrido” (virtual e presencial), reuniu mais de 170 militantes da vanguarda de sindicatos (CSP-Conlutas, Sinsprev-SP, Sindsef-SP, Sintrajud-SP, Fenasps, Unidos Pra Lutar e o Sindicato dos Metroviários-SP), partidos (PSTU, PCB, POR, MRT, Revolução Socialista) e correntes políticas (FNL, Unidade Classista, CST, Socialismo ou Barbárie).

Estiveram presentes correntes que apoiaram a eleição do governo, e trataram a questão do Arcabouço Fiscal como um aspecto a ser combatido. Ao contrário do que afirmaram, o Arcabouço Fiscal é o centro da política econômica de Lula/Alckmin. Não se pode combater essa medida sem entrar em choque com o governo como um todo. Colocar o combate ao Arcabouço Fiscal à margem do combate ao governo é fazer encenação, retórica esquerdista. Também não tem sentido colocar o combate ao Arcabouço Fiscal à margem do que se faz nas bases sindicais dirigidas pelas correntes que compõem essa frente – isso significaria colocar essa luta no marco da pressão parlamentar.

Foi aprovado, na reunião: **1)** um novo “Dia de Lutas” para 5 de julho; **2)** uma moção de apoio à luta do povo de Jujuy (Argentina), em luta contra a Reforma Estadual que cria um “Marco Temporal”, ajustado às condições da região visando à exploração do Lítio pelas multinacionais; e **3)** uma moção de apoio à greve da Educação em RJ. Os documentos foram redigidos antes da Plenária, em comum acordo entre as organizações que a dirigem (PCB, PSTU e PSOL), sem serem submetidos à exposição de propostas de adendos ou divergências que expressassem a elaboração coletiva.

As intervenções da esmagadora maioria de sindicatos e correntes foram restringidas às denúncias contra o Arcabouço Fiscal e o Marco Temporal, e à rejeição das políticas

do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. Com exceção de algumas correntes e partidos (dentre eles, o PPRI) não houve qualquer proposta de um plano de reivindicações comuns para levar a luta ao interior dos sindicatos governistas e os locais de trabalho e estudo, objetivando mobilizar aos explorados em choque contra as burocracias conciliadoras, o governo burguês e suas medidas pró-imperialistas e antioperárias.

As manifestações e as reuniões reúnem apenas a vanguarda e organizações de esquerda. Não expressa ainda uma tendência de luta contra as medidas governistas no interior dos sindicatos governistas. Ainda que as massas ainda tenham ilusões no governo, as greves da Educação e as manifestações operárias contra o privatismo e ataques demonstram também que são obrigadas a chocar com o governo e o patronato. Para romper o isolamento, não bastam os atos de vanguarda e as declarações genéricas: é necessário um programa para mobilizar os explorados ao redor desse objetivo.

Em luta contra o governo pelas suas reivindicações, a classe operária e os demais oprimidos se unirão em uma só força, e poderão impor a derrota do Arcabouço Fiscal e Marco Temporal. Para avançar nesse caminho, a próxima reunião deveria aprovar e elaborar coletivamente um plano comum de reivindicações e um boletim para ser amplamente divulgado nas fábricas, a exemplo da Mercedes (cujos operários enfrentam ataques da patronal), ou nos sindicatos em que as correntes e partidos presentes travam uma luta contra sua direção governista e traidora, a exemplo da Apeoesp. O combate contra o governo e a burocracia subordinada a esse deve iniciar-se com o chamamento das assembleias de base para debater e aprovar esse plano comum, e permitir a livre exposição das posições e divergências. ●